

## EDITORIAL

---

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2021.v3i1n5.7-15>

---

*Formação em Movimento*, a revista da ANFOPE, chegou ao seu terceiro ano de atividade e à sua quinta edição. Como já indicávamos em editoriais anteriores, a redução do Estado, o desfinanciamento e as privatizações, a par dos constantes ataques aos direitos sociais, cada vez mais restritos, ampliaram a vulnerabilidade socioeconômica da população que vive do trabalho, seja este no que lhe resta de formalidade, seja no amplo campo da informalidade. Também as desigualdades se acentuaram, de forma dramática, durante a pandemia da SarsCov2, propulsionadas pela ação e omissão criminosa do Estado, que retroalimenta a crise e a intensifica, impactando nossas vidas. A crise sanitária e institucional tem nos atingido, pessoas e instituições, impondo muitos desafios e demandando maior esforço de todas, todos e todes que permaneceram na luta cotidiana pela vida, na realização de seus fazeres, e na busca coletiva pela equidade e justiça social. Estamos enlutadas pelas 580 mil vidas perdidas, no país, em decorrência da gestão equivocada e criminosa da pandemia do vírus SARS-COV-2, causador da COVID-19, e pela dor de milhares de famílias atingidas. Destacamos, nesse cenário aterrador, a situação de vulnerabilidade social que se amplia, cotidianamente, enquanto os podres poderes viram as costas para amplas parcelas da população brasileira, que veem a miséria bater à sua porta ou as jogar na rua. Nos solidarizamos com todo(a/e)s que são ou se sentem afetados em sua integridade, sua saúde física e psíquica, com impactos no cotidiano de trabalho e, também, nos demais aspectos da vida social.

No cenário atual, ampliam-se as dificuldades de todos os aspectos, mas persiste a necessidade premente de enfrentá-las, na resistência e na luta coletiva, enquanto o país e a educação pública sofrem com inédita, ampla e prolongada crise político-institucional, ambiental, climática, energética, econômica e cultural, e principalmente de valores e sociabilidade. Nos últimos 18 meses, temos visto e vivido o agravamento da crise sanitária mundial, em solo brasileiro, pela omissão, negação, irresponsabilidade, e agora, claramente evidenciada, corrupção de Poderes que ostentam seu continuado descaso com a saúde e a vida da população, precarizando suas condições de existência e subsistência.

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2021.v3i1n5.7-15>

Ao longo de 2020 e 2021, o cotidiano mudou. As instituições buscaram se adaptar a novos protocolos e as pessoas a diferentes rotinas. Funcionamos no modo remoto, e assim organizamos lives, assembleias, reuniões e encontros virtuais. No XX Encontro Nacional da ANFOPE, virtual, foram atualizadas as análises e proposições da entidade para o enfrentamento das políticas descaracterizadoras da formação de professores e para alimentarmos a luta pela valorização dos profissionais da educação, intensificando nossa atuação e mobilização. Em fevereiro de 2021, a ANFOPE deu posse à sua nova diretoria nacional, eleita pela primeira vez, de forma eletrônica, em processo amplamente participativo, assim como as coordenações da ANFOPE em 22 estados e no Distrito Federal.

O mundo na pandemia tornou-se mais acelerado, uma realidade virtual sem fronteiras geográficas ou distanciamentos sociais, mas sem contato físico, sem abraços, sem carinhos e beijinhos – na tela. O cotidiano de trabalho e estudo transcorreu em modo remoto, virtual, síncrono e assíncrono, mediado por tecnologias, reduzindo distanciamentos geográficos e sociais, alterando rotinas, intensificando o trabalho, gerando stress e adoecimento. O mundo do trabalho mudou, atingindo milhões de trabalhadores e impactando a economia. A educação foi um dos setores mais afetados pela pandemia, comprometendo a aprendizagem de milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos e impondo uma inédita realidade aos professores/as.

As escolas permaneceram fechadas fisicamente por um longo tempo, atendendo às necessárias medidas de contenção da contaminação. Entretanto, os/as professores/as não pararam de trabalhar. Nunca o/a professor/a trabalhou tanto. A casa virou a escola e a sala de aula, sem mobiliário adequado, com os equipamentos disponíveis, sem privacidade, com muita criatividade e comprometimento e, também, muito stress, temendo por sua vida e saúde, e em paralelo cuidando de um cotidiano domiciliar e familiar onipresente. E trabalho intensificado também é trabalho precarizado – sem hora de almoço, sem descanso, sem final de semana ou feriado, com redução da renda, pelo corte de benefícios e sem auxílio tecnológico. Os/as professores/as assumiram, na maioria das vezes sem qualquer apoio pedagógico, tecnológico ou financeiro, a responsabilidade exclusiva por um ensino para o qual não foram preparados, e agora como mantenedores – da luz, da internet, dos equipamentos e dos aplicativos, pagos com o seu salário, muitas vezes atrasado ou reduzido. Cabe destacar o agravante de ataques da mídia e dos poderes públicos, que manipulando a opinião pública, exigiam um retorno ao modo presencial, sem segurança sanitária e sem vacinação. Triste cenário. Valorosos e injustiçados professores, que ao invés de aplausos recebiam achincalhes e ameaças. Essa foi e continua sendo a realidade profissional de muitos dos profissionais da educação.

Nesse contexto, vimos a crise sanitária se adensar, com uma segunda onda pandêmica, que incorpora variantes do SarsCov2, estando nós, ainda distantes de uma retomada segura da vida. Os processos de vacinação são lentos, acalentados por uma série

de anti-ações - protocolos, logísticas, denúncias de corrupção, por signatários do Ministério da Saúde. Temos no momento desta publicação, apenas 27,24% da população brasileira com a imunização completa de doses da vacina, e já necessitando da incursão da 3ª dose dado o avanço mundial de variantes. Como retomar a vida cotidiana diante de tantas vulnerabilidades? Ainda assim, o curso de pautas se interpõe em caráter emergencial, das quais, destacamos as da educação pública e dos processos formativos docentes, em franco processo de desmonte e descaracterização.

Como já explanamos, no Brasil, o cenário pandêmico é mais aviltante, devido a crise política e institucional, agravada a cada dia, ameaçando vidas e instituições, sonogando direitos, atacando a democracia. **Formação em Movimento** se manifesta em repúdio a quaisquer ameaças à institucionalidade democrática e ao Estado de Direito, e, assim como a ANFOPE tem reafirmado, nos opomos as medidas que reduzem os direitos sociais constitucionalmente assegurados e fruto de árdua conquista.

No atual cenário político vemos que os processos de centralização, padronização e controle se acentuam, com a articulação intrínseca da política nacional de formação a políticas de avaliação censitária com critérios de desempenho vinculado à lógica meritocrática. Ambas representam a retomada de proposições que julgávamos superadas como a pedagogia das competências, o neotecnicismo ideologizado e anacrônico e a imposição de uma padronização curricular reducionista, instrumental e esvaziada de significado social. A política atual propõe, de forma impositiva e veloz, o aligeiramento da formação e a precarização e flexibilização da profissão do magistério, que apenas favorece os interesses privatistas e mercantis da reforma empresarial da educação, em curso acelerado desde o Golpe de 2016.

Nesse contexto, ameaças à democracia, em seus princípios republicanos e constitucionais, vêm tentando se consolidar, atingindo cotidianamente a vida brasileira. A tais ameaças, impetradas por parte de signatários de Poderes que juraram defendê-los, se associam ações, normativas e discursos de ataque e desmonte de serviços públicos e direitos sociais, como educação, saúde, ciência e tecnologia, previdência e assistência social, trabalho e emprego, meio-ambiente, cultura, por parte dos titulares de pastas que deveriam promover avanços e não retrocessos. Como pano de fundo, a crise geopolítica-econômica em sua vertente necropolítica, acentua esse momento nacional, duro e triste.

E entre tantos aspectos, nos cabe, por dever de ofício, destacar os infligidos à educação, e à formação dos estudantes da educação básica e dos profissionais da educação, atingidos pela imposição de uma padronização descabida, inadequada e reducionista. Destacamos que essa ocorre *pari passu* com a adoção de políticas e de programas que buscam ressignificar os sentidos do público, e no limite a própria memória.

Nesse sentido, a perspectiva de inclusão do Palácio Gustavo Capanema, antiga sede do Ministério da Educação e da Cultura, no rol de imóveis da União a serem vendidos é emblemática. Não só por ser tratar de um atentado à memória histórica e cultural do país, mas por expressar o descompromisso dos atuais gestores públicos com a preservação de um legado que não lhes cabe precificar, mas preservar para as gerações futuras. A narrativa de que a coisa pública é o algo (um inimigo) a ser combatido e, no limite, eliminado, não só elide o sentido estrito de público como bem e construção coletiva do povo brasileiro, como parece restringi-lo a interesses privados / particulares.

Do mesmo modo, causa estranhamento a revogação do artigo 20 da LDB que categorizava as instituições privadas de ensino e a inclusão das escolas comunitárias como uma categoria isolada na classificação das instituições de ensino (artigo 19) conforme sua dependência administrativa. Tal alteração, a ser regulamentada posteriormente, abre espaço para que se amplie o rol de instituições de ensino não públicas elegíveis para a recepção de verbas públicas, seja por transferência de recursos previstos para a educação, seja pela via da renúncia fiscal. O que nos remete a um embate antigo, mas ainda contemporâneo: a disputa de recursos públicos pelas instituições privadas de ensino. Esse embate torna premente a reafirmação dos sentidos do público, especificamente da escola pública mantida e gerida com recursos do fundo público.

Não é por acaso que no campo da formação de professores os ataques tenham se acentuado, já que os desmontes projetados pelo MEC e CNE, materializados em resoluções e diretrizes que mais do que impor padronizações curriculares e bases formativas reducionistas e anacrônicas propõe uma descaracterização inédita dos cursos de licenciatura, e especialmente do curso de Pedagogia, arquitetam o desmonte da educação pública e da política de formação e valorização dos professores.

Historicamente, a ANFOPE, tem pautado sua luta pela defesa de políticas de formação inicial e continuada, carreira, salário e condições de trabalho que valorizam o profissional da educação. A ANFOPE completou 31 anos, em 26 de julho, quando em 1990 ocorreu sua fundação como entidade, mas há quatro décadas atua como movimento de luta dos educadores pelo reconhecimento social da profissão do magistério, a elevação da sua formação e a valorização da sua carreira e atuação. Construimos, coletivamente, no movimento de educadores, uma concepção formativa ampla, ancorada na base comum nacional, que aprimoramos e reafirmamos a cada encontro nacional. Neste momento, não será diferente.

A ANFOPE tem defendido, ao longo das últimas quatro décadas, que a formação em nível superior é a base da profissionalização do magistério, e que sua profissionalidade depende de salários, planos de carreira e condições de trabalho dignos e compatíveis. Valorizar o magistério e reconhecer a sua relevância para a formação educacional, cultural, política e social da população brasileira, para a construção da cidadania e a ampliação dos processos de democratização, visando a construção de uma

sociedade mais justa e igualitária. A formação dos profissionais da educação deveria ser objeto de política nacional articulada de formação e valorização dos profissionais da educação, apenas esboçada no Plano Nacional de Educação 2014-2024, e nunca implementada.

*Formação em Movimento* defende esse mesmo ideário e comunga dos mesmos princípios, materializados em sua linha editorial. Os quatro números anteriores da revista da Anfope, publicados em 2019 e 2020, reafirmam essa materialização, ao agregar em dossiês e outros formatos de texto, múltiplas vozes, diferentes olhares e análises plurais nos ajudam a construir uma visão crítica sobre o momento atual e, assim, potencializar a resistência à descaracterização da formação de professores no Brasil, em curso nos últimos anos.

No primeiro número de *Formação em Movimento*, o dossiê *ANFOPE: Quatro décadas de lutas e resistência*, apresenta o percurso histórico da ANFOPE, desde os anos 1980, segundo o relato de seus ex-presidentes, que tecem análises sobre a construção da base comum nacional e os desafios postos hoje para a formação de professores no Brasil. O segundo número traz o dossiê temático "*Formação do Magistério da Educação Básica nas Universidades Brasileiras: institucionalização e materialização da Resolução CNE/CP n.º 02/2015*", organizado por Luiz Fernandes Dourado e Malvina Tuttman, com 15 textos que relatam o processo de construção dos projetos institucionais de formação de diferentes Universidades brasileiras, à luz das DCNs de 2015. No terceiro número de *Formação em Movimento*, as professoras Alejandra Birgin e Dalila Andrade Oliveira organizaram o dossiê "*Questões atuais da profissão docente: formação, carreira e condições de trabalho*", com 10 artigos que discutem aspectos importantes da profissão do magistério, com foco na formação e valorização dos profissionais da educação, sua carreira e condições de trabalho em diversos países sul-americanos e ibéricos. *Formação em Movimento*, em seu quarto número, traz o dossiê "*Pesquisas sobre formação de professores: diferentes olhares, múltiplas perspectivas*", organizado por Maria de Fátima Barbosa Abdalla e Julio Emílio Diniz-Pereira, com artigos que de integrantes de grupos de pesquisa que tem como objeto a formação de professores.

Todos esses artigos e dossiês trazem importantes contribuições ao debate sobre a descaracterização da formação de professores, os ataques à educação pública e ao magistério, um fenômeno que se dissemina em diversos países sob a égide do neoliberalismo, impondo de forma acelerada processos de privatização, mercantilização, padronização e controle.

A revogação da Resolução CNE/CP n.º 2/2015 e a homologação da Resolução CNE/CP n.º 2/2019, impõe um modelo anacrônico para os cursos de licenciatura, em conformidade com o momento retroativo nas políticas educacionais que o país atravessa hoje, acelerando a descaracterização dos cursos de formação de professores ao obrigar as

IES a adequarem suas propostas curriculares à BNCC. Para o curso de Pedagogia a ameaça de descaracterização e desmonte é mais perversa, pois divide o curso em dois e expurga do seu currículo a organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, que englobam o planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor de educação e de projetos e experiências educativas não escolares, assim como a produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares, explicitados na Resolução CNE/CP n.º 1/2006.

Cabe destacar que as lutas travadas, visando a consolidação da Pedagogia como licenciatura plena e locus da formação de professores para a educação básica, sem descuidar da formação do pedagogo, se materializaram na Resolução CNE/CP n.º 1/2006 que definiu as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia. Estas DCNs instituíram que “o Curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério da Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos Cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional, na área de serviços de apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos”. Essa concepção formativa do curso incorpora o princípio da docência como base da formação do pedagogo, como defendem a ANFOPE e o FORUMDIR - Fórum de Diretores das Faculdades de Educação das Universidades Federais. A Resolução CNE/CP n.º 1/2006, alinha-se ao entendimento das entidades representativas da área, que defendem o Curso de Pedagogia como o *locus* da formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tal concepção de formação é explicitada na Carta de Brasília, assinada pela ANFOPE, ANPED, CEDES e FORUMDIR, que em conjunto organizaram o VII Seminário Nacional de Formação de Professores, em junho de 2005:

Propomos um curso de Pedagogia de graduação plena que supere a dicotomia entre o bacharelado e a licenciatura e que forme o pedagogo para atuar em espaços escolares e não-escolares, na docência, na gestão e na produção e difusão do conhecimento do campo educacional.

Nesta carta, as entidades defendem publicamente:

(...) o consenso nacional quanto a situação da Pedagogia no campo teórico-investigativo da educação e do trabalho pedagógico, expressando a concepção sócio-histórica de formação do educador, visando superar o caráter pragmático, instrumental e reducionista do projeto de resolução do CNE. Ademais, defende-se a importância da formação dos profissionais da educação em nível superior, destacando-se o papel histórico das Faculdades/Centros/ Departamentos de Educação na formação dos profissionais da educação no Brasil.

Esse texto parece escrito hoje, em que os ataques, sob o formato de resoluções do CNE, retornam mais uma vez, propondo o desmonte e a descaracterização dos cursos de licenciatura. Nos insurgimos em defesa da docência inserida em um projeto formativo mais amplo e não em uma visão reducionista de um conjunto de métodos e técnicas supostamente neutros, que toma como referência “competências” definidas a partir de uma divisão do trabalho educativo, sem aporte nas demandas da comunidade escolar. As propostas impostas pela Resolução n.º 2/2019 e outras normativas ancoradas em um neotecnicismo anacrônico e alienante, sem qualquer viés de criticidade, desconsideram a complexidade do fenômeno educacional e a diversidade da escola e seus sujeitos, negando a educação escolar como *práxis* intencionada a transformações socialmente justas.

A Resolução CNE/CP n.º 2/2019 ameaça frontalmente o Curso de Pedagogia ao se opor ao prescrito na Resolução CNE/CP n.º 1/2006, nos obrigando a ampliar os debates sobre o campo de formação dos profissionais de educação a partir do Curso de Pedagogia, o que fazemos neste exemplar.

***Formação em movimento***, em seu quinto número, de forma bastante oportuna, traz o dossiê *Curso de Pedagogia no Brasil: tensões, controvérsias e perspectivas*, organizado pelas professoras Andreia Militão (UEMS) e Shirleide Cruz (UnB). O dossiê, composto por 15 artigos de pesquisadoras e pesquisadores de diversas instituições formadoras de todas as regiões do país, se propõe a discutir e analisar as tensões, controvérsias e perspectivas (im)postas ao curso de Pedagogia com a aprovação das ‘novas’ Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum - BNC da Formação, com a aprovação da Resolução CNE/CP n.º 02/2019, em detrimento da Resolução CNE/CP 02/2015. O coletivo de autores/as possui, como explicitam as organizadoras, um acúmulo histórico e investigativo sobre a Pedagogia como campo de conhecimento e como campo profissional e seus diferentes mecanismos de regulação, e nos brindam com análises, críticas e contextualizadas, do momento atual do curso de Pedagogia, que enfrenta ameaças concretas de descaracterização. Acreditamos que o dossiê traz contribuições importantes para o campo da formação de professores, e em especial, da Pedagogia, e nos ajuda a compreender melhor as discussões sobre os prováveis impactos que a proposta descaracterizadora da Resolução CNE/CP n.º 2/2019 representa, uma vez que esta, se alinha ao projeto de implantação da BNCC, com sua precarização formativa e do trabalho docente, atingindo a ponta de formação, no chão da escola.

Ainda neste número, temos na sessão ***Artigos e Ensaios***, quatro trabalhos que discutem o curso de Pedagogia, tematizando aspectos importantes, como as concepções de formação, a inserção profissional de seus egressos, a extensão universitária como possibilidade de formação docente e a reorganização curricular da disciplina de estágio. Esses textos e seus autores – *Concepções de formação no curso de Pedagogia*, de Renata

Loiza Alcântara Soares e Viviane de Souza Rodrigues; *Formação e inserção profissional de egressos de Pedagogia: estudo de caso em uma IES confessional fluminense*, de Maria de Fátima Pimenta, Marcelo Mocarzel e Jardelino Menegat; *A extensão universitária como possibilidade de formação docente para além da sala de aula*, Alan Navarro Fernandes, Lucas Salgueiro Lopes e Arthur Vianna Ferreira e *Reorganização curricular da disciplina de estágio: em questão o PIBID e a Residência pedagógica*, de Cristiane Ribeiro Cabral Rocha, Jacira Helena do Valle Pereira Assis e Sandra Novais Sousa – trazem contribuições importantes para a discussão sobre o curso de Pedagogia, neste momento atual.

Neste ano, comemorativo do Centenário de Paulo Freire, patrono da Educação Brasileira, a Revista *Formação em Movimento*, publicará em todos os números, na sessão **Resenhas**, trabalhos de professores/as da educação básica pública, sobre obras de Paulo Freire. Nesta edição, na sessão **Resenhas** temos a resenha do livro de Paulo Freire, publicado em 1979, *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*, da professora Evelin Mariana Claro Barbosa, que atua em duas redes públicas municipais de educação no estado do Rio de Janeiro.

Na sessão **Documento**, publicamos o Manifesto do Movimento Nacional de mobilização em Defesa da Formação de Professores no Curso de Pedagogia, de julho de 2021. Como reação e resistência a proposta descaracterizadora da Resolução CNE/CP n.º 2/2019, tem sido criado em todo o país, a partir de maio deste ano, Fóruns Estaduais de mobilização em Defesa da Formação de Professores no Curso de Pedagogia, compostos por coordenadores, professores e estudantes dos Curso de Pedagogia. Esse movimento apoiado pelas entidades nacionais do campo educacional, especialmente pela ANFOPE e Forumdir, tem promovido intensa mobilização nas Instituições de Ensino Superior formadoras, mais especificamente nas Faculdades e centros de Educação das Universidades Públicas e Institutos Federais, se caracterizando por sua extensa capilaridade e capacidade organizativa e mobilizadora nos estados

Na sessão **Entidades** publicamos três documentos: a Carta do XX ENANFOPE, aprovada em 5 de fevereiro de 2021, no XX Encontro Nacional da ANFOPE; o documento “Manifestação contrária à Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor escolar”, elaborado por duas entidades ANFOPE e FORUMDIR, e Carta em Defesa do Curso de Pedagogia, com a posição da ANFOPE e FORUMDIR em relação as propostas de revisão das DCNs de Pedagogia. Consideramos a potência destes documentos nesse processo que exige atenta e pronta mobilização.

*Formação em Movimento* é a revista da ANFOPE, e reafirmamos esse duplo compromisso que nos desafia a cada número: manter um periódico acadêmico, com os necessários parâmetros de qualidade editorial e ética, de uma entidade científica, comprometida com a produção e com a difusão de conhecimentos educacionais relacionados ao campo da formação dos profissionais da educação. Assim, *Formação em*

**Movimento** procura servir à divulgação do conhecimento sobre a formação e valorização dos profissionais da educação, em diálogo com a produção no campo educacional, como mais um canal de voz daqueles que estão na escola e na Universidade, imersos na realidade das instituições formadoras, sem descuidar da opção política pela luta em defesa dessa formação e valorização. Nosso movimento é a defesa intransigente da educação pública e da valorização dos profissionais da educação, contribuindo para o avanço das políticas de formação.

Nesse momento, vivendo o luto, como Caetano e Gil cantaram, “solidão apavora, tudo demorando em ser tão ruim”, entretanto não podemos nos render, e com outro poeta popular gritamos “desesperar jamais!”, pois mais do que nunca é fundamental continuar resistindo, com o otimismo da vontade. Insistimos e inquirimos como Caetano Veloso: “Existirmos a que será que se destina?”. E respondemos com o *esperançar* de Paulo Freire, manifesto em sua obra “Pedagogia da Esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido”:

“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo *esperançar*; porque tem gente que tem esperança do verbo *esperar*. E esperança do verbo *esperar* não é esperança, é *espera*. *Esperançar* é se levantar, *esperançar* é ir atrás, *esperançar* é construir, *esperançar* é não desistir! *Esperançar* é levar adiante, *esperançar* é juntar-se com outros para fazer de outro modo...”.

Seguimos, *esperançando*, pois acreditamos que esse tempo tão difícil e doloroso, passará, e fortalecidas com a renovação da esperança, cantamos, com Gonzáginha, que “a vida devia ser bem melhor e será!”.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2021.

Lucília Augusta Lino  
Editora

Ana Maria Marques Santos  
Editora Associada

[formov.revista@gmail.com](mailto:formov.revista@gmail.com)

<http://costalima.ufrrj.br/index.php/FORMOV/index>